

PUBLICIDADE LEGAL

Fagundes Construção e Mineração S.A.

CNPJ: 90.272.337/0001-40 - NIRE: 43.300.057.305

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	254.104	73.482	75.919	
Contas a receber de clientes	238.979	194.972	200.208	
Estoques	35.221	23.261	24.375	
Tributos a recuperar	19.087	11.060	11.386	
Outros ativos	24.559	6.141	6.797	
	<u>571.950</u>	<u>308.916</u>	<u>318.685</u>	
Não circulante				
Partes relacionadas	431	16.180	10.701	
Tributos a recuperar	4.638	8.234	8.234	
Depósitos judiciais	3.805	4.185	4.185	
Outros ativos	7.834	7.595	9.895	
	<u>16.708</u>	<u>36.194</u>	<u>33.015</u>	
Propriedades p/ investimento	-	262.690	308.647	
Investimentos em controladas	-	74.293	-	
Intangível	-	-	3.393	
Imobilizado	704.998	538.811	581.149	
	<u>704.998</u>	<u>875.794</u>	<u>893.189</u>	
Total do ativo	<u>1.293.656</u>	<u>1.220.904</u>	<u>1.244.889</u>	

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais				
	Reservas de lucros			
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2020	187.920	2.992	10.839	181.195
Lucro líquido do exercício	-	-	-	63.796
Destinação do lucro:				
Constituição de reserva legal	-	-	3.190	(3.190)
Constituição de reserva de lucros	-	-	60.606	(60.606)
Em 31 de dezembro de 2021	187.920	2.992	14.029	241.801
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.778
Cisão	(138.739)	(2.769)	(11.500)	(228.058)
Destinação do lucro:				
Constituição de reserva legal	-	-	289	(289)
Constituição de reserva de lucros	-	-	5.489	(5.489)
Em 31 de dezembro de 2022	49.181	223	2.818	19.232

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Fagundes Construção e Mineração S.A. inscrita no CNPJ sob nº 90.272.337/0001-40, possui sede em Porto Alegre, RS. A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de jazidas minerais, terraplanagem, obras portuárias, marítimas e fluviais, tais como: barragens, represas e diques, exceto para energia elétrica, pavimentação, saneamento, serviços de construção civil, perfurações, desmontes, escavação e remoção de terras em terrenos urbanos e/ou rurais, transporte de cargas por via rodoviária com caminhões, incorporação de imóveis, compra e venda de imóveis próprios, participação em outras sociedades, aluguel de máquinas e equipamentos para construção, extração de minérios e petróleo, sem operador, exceto andáimes, e o que mais convier concernente ramo. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria. Foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. PRÁTICAS CONTÁBEIS:** **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixas e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de compra estimado para o curso normal dos negócios, acrescidos dos custos e despesas de compra. **3.3 Imposto de renda e contribuição social:** A Empresa optou pelo regime de tributação do Lucro Real no período em curso, e calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) corrente com base nas alíquotas de 25% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro tributável. Os saldos são reconhecidos no resultado da Empresa pelo regime de competência. **3.3.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente terrenos, edificações, veículos, máquinas e equipamentos e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de veículos e máquinas e equipamentos na data de 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos itens. Os valores residuais e a vida útil

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter-lhes à apreciação as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 estão disponíveis nos endereços: <https://www.fagundes.com/site/>; <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal>.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida	1.025.487	879.040	521.293	916.238
Custo dos serv. prest.	(898.327)	(721.279)	(466.172)	(749.375)
Lucro bruto	127.160	157.761	55.121	166.863
Desp. gerais e administ.	(49.760)	(43.313)	(28.677)	(50.614)
Despesas com vendas	(125)	(265)	(89)	(265)
Outras rec. oper., liq.	21.918	15.581	13.368	22.489
Participação nos lucros de controladas	137	6.152	-	-
Lucro oper. antes do resultado financeiro	99.330	135.916	39.723	138.473
Receitas financeiras	2.158	1.938	793	2.057
Despesas financeiras	(73.240)	(43.842)	(29.436)	(44.108)
Res. financ., líquido	(71.082)	(41.904)	(28.643)	(42.051)
Lucro antes do IR e da contribuição social	28.248	94.012	11.080	96.422
IR e contribuição social	(22.470)	(30.216)	5.560	(32.626)
Lucro liq. do exercício	5.778	63.796	16.640	63.796

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	28.248	94.012	11.080	96.422
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(54.677)	(52.456)	(32.894)	(51.828)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(11.960)	(6.580)	(12.282)	(6.573)
Variação no valor justo de propriedade, p/ invest. e financiam.	(14.465)	(288)	(7.202)	(287)
Var. nos ativos e passivos	(137)	(6.152)	-	-
Variação no valor justo de propriedade, p/ invest. e financiam.	(14.623)	(439)	(19.244)	-
Var. nos ativos e passivos	70.551	40.732	29.022	40.870
Variação no valor justo de propriedade, p/ invest. e financiam.	213.817	238.268	97.770	243.804
Fluxos de caixa das atividades operacionais	121.947	218.653	45.286	225.154
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(17.297)	(6.191)	(11.282)	(6.191)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(15.542)	(9.309)	(9.307)	(12.313)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(448.444)	16.109	87.072	12.880
Fluxos de caixa das atividades de investimento	180.622	37.972	(59.319)	38.295
Fluxos de caixa das atividades de investimento	73.482	35.510	75.919	37.624
Fluxos de caixa das atividades de investimento	254.104	73.482	16.600	75.919

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.7 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.8 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas de produtos a prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa. A empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço a ser prestado. **3.9 Riscos e Contingências:** A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base na opinião de assessores jurídicos, faz análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, entende que não são esperadas perdas relevantes em processos envolvendo a Empresa. **4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS:** Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo. **4.1 Propriedades para investimento:** Desde 1º de janeiro de 2009, as propriedades para investimentos passaram a ser reconhecidas de acordo com as premissas dispostas no CPC 26 (Propriedades para investimentos), sendo seu valor justos avaliados no final de cada exercício através de laudos de avaliação e reconhecido em contrapartida ao resultado. **4.2 Reconhecimento da Receita:** A Empresa reconhece a receita quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos serviços prestados são transferidos para o cliente. O critério adotado para reconhecimento da receita é a data em que a medição é efetuada, levando-se em consideração a última medição realizada para emissão da nota fiscal. Para a receita que difere do período

em que é emitida a nota fiscal, constitui-se uma provisão para recebimento de receitas em períodos futuros. A Empresa reduz da receita bruta no encerramento do exercício os seus respectivos impostos sobre os serviços prestados, bem como os descontos concedidos em contratos, demonstrando desta forma a receita líquida auferida no período. **4.3 Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis:** As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliações e são revisadas anualmente pela Empresa. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras da Empresa. **5. CAPITAL SOCIAL E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS:** O Capital Social compõe-se de 140.516.056 ações pertencentes a acionistas residentes e domiciliados no país sem valor nominal, perfazendo um total de R\$ 49.180.619,60 (Quarenta e nove milhões, cento e oitenta mil e seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), de capital social totalmente subscrito. No decorrer do exercício não foram distribuídos lucros.
Diretora Presidente: Nelsi Haas Fagundes
CPF 235.953.140-15
Diretor Operacional: Diogo Eduardo Fagundes
CPF 893.495.390-04
Diretor Administrativo: Sílvio Alencar Fagundes
CPF 717.780.470-68
Diretor Comercial: José Fernando Fagundes
CPF 639.086.200-82
Marçal Duarte Velho - Contador
CPF: 652.413.980-15 - CRC/RS nº 76.513



Jornalismo sério e de credibilidade
No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!
Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais:

